

# RESOLUÇÃO Nº 03/2011

(Publicada no Diário Oficial de 22/03/2011)

Alterada pela Resolução nº 02/2021, que prorrogou o prazo de fruição dos benefícios.

## Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à TC TEXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SICM 1100100018452,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Conceder à TC TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 12.524.643/0001-13 e IE nº 080.309.532NO, instalada no município de Feira de Santana, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

**I** - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de tecelagem de fios de fibras têxteis sintéticas, naturais e de algodão, com prazo previsto de fruição dos benefícios para 15 (quinze) anos, contado a partir de 1º de março de 2011, tendo em vista a legislação vigente.

**Nota:** A redação atual do inciso “I” do *caput* do art. 1º foi dada pela Resolução nº 02, de 09/03/2021, DOE de 17/03/2021, efeitos a partir de 17/03/2021.

**Redação originária, efeitos até 16/03/21:**

*“I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de tecelagem de fios de fibras têxteis sintéticas, naturais e de algodão, com prazo contado a partir de 1º de março de 2011, até 31 de dezembro de 2020.”*

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**, 1º de março de 2011.

**JAMES SILVA SANTOS CORREIA**  
Presidente